



O Golpe de Estado de 1964 e a Disputa de Hegemonia Através dos Veículos de Comunicação: a Experiência da Mídia Impressa Alagoana¹

Tiago Eloy ZAIDAN²

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE
Marco Antonio Mondaini de SOUZA³
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

No Brasil do pré-1964 os meios de comunicação atuaram como importantes aliados na confecção de um consenso mínimo em torno das causas propugnadas pelo bloco modernizante-conservador – artífice do golpe de Estado que assolaria o país naquela década. O então presidente da república, João Goulart, foi alvo da oposição do bloco modernizante-conservador, que se empenhava na manutenção do capitalismo dependente do país. Em Alagoas especialmente o já extinto Jornal de Alagoas – integrante dos Diários Associados – e a Gazeta de Alagoas, único diário remanescente do período, prestaram-se a causa modernizante-conservadora.

Palavras-chave

1. Economia Política da Comunicação; 2. Golpe de Estado de 1964; 3. Gazeta de Alagoas.

Introdução

O objetivo geral desta pesquisa gira em torno do estudo da participação da mídia impressa alagoana na pavimentação da hegemonia pleiteada pelo bloco-histórico⁴ modernizante-conservador⁵ na concretização do golpe de Estado de 1964, em especial

¹ Trabalho apresentado no DT 08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Pesquisador do grupo de pesquisa COMULTI – UFAL/ COS/ CNPq, no qual é membro do Grupo de Estudo Mídias, Processos Sociais e Economia Política da Comunicação, e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: eloyzaidan@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marcomondaini@ig.com.br.

⁴ Sobre ‘Bloco histórico’: “(...) formado pela união de duas superestruturas: a sociedade civil e a sociedade política” (REIS, 2008), um bloco histórico consiste em “(...) um agrupamento de forças sociais organizadas em uma plataforma comum” (MORAES, 2005, p.66). Plataforma esta desenvolvida a partir de um consenso, cuja formação é liderada por uma ‘classe dirigente’ – uma das forças de um bloco histórico –, que, habilmente, incorpora algumas demandas de outros grupos sociais, aglutinando-os em torno de sua causa revolucionária.

⁵ Aqui, chamamos de bloco modernizante-conservador o grupo da elite empresarial que, com base em Gramsci (2001, p.15), possui “(...) a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços (...)”. Na ocasião do pré-1964, o empresário, membro do bloco em questão, reagiu à “(...) mobilização da classe trabalhadora em torno das chamadas reformas de base” (ASSIS, 2001, p.22). Tal empresário, ainda, tratava-se de um intelectual orgânico que se utilizou de “sua capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas” (GRAMSCI, 2001, p.15), possuía “relações econômicas multinacionais e associadas” e firme “posicionamento anticomunista” (DREIFUSS, 1986, p.163).



do jornal Gazeta de Alagoas – único remanescente do período ainda em circulação e integrante do maior grupo midiático do estado. A hipótese é de que houve efetiva participação da mídia impressa alagoana na construção da hegemonia⁶ em torno dos objetivos defendidos pelo movimento modernizante-conservador golpista de 1964.

Espera-se com este trabalho engendrar uma reflexão, por meio de discussão teórica, sobre os meios de comunicação social privados no modo de produção capitalista: suas faculdades de agendamento, influência no meio social e os interesses políticos e econômicos envolvidos na sua exploração comercial e ideológica⁷; investigar a conjuntura político-social do Brasil e de Alagoas no pré-1964, bem como a atuação e os interesses políticos e econômicos do bloco-histórico modernizante-conservador – imbuído da construção da hegemonia em torno do golpe de 1964 –, assim como dos proprietários dos veículos de comunicação social alinhados à articulação golpista, em especial a Organização Arnon de Mello, responsável pela publicação do jornal Gazeta de Alagoas. A pesquisa realizada no acervo do periódico alagoano fornece subsídios para o estudo da difusão ideológica adotada pelo bloco modernizante-conservador, através dos meios de comunicação de massa, na defesa de um consenso em torno da articulação e concretização do golpe de Estado de 1º de abril.

A metodologia adotada no desenvolvimento desse projeto inclui: pesquisa bibliográfica e documental - constituída por consultas a acervos de periódicos (contemporâneos à articulação e concretização do golpe de Estado de 1964) - e coleta de depoimentos por meio de entrevista semi-estruturada. Os nomes consultados no processo de elaboração da dissertação foram: Valmir Calheiros – jornalista de carreira da Gazeta de Alagoas, contratado pelo próprio Arnon de Mello nos primórdios da década de 1960, e autor de matérias institucionais relativas à Organização Arnon de Mello –, Carlos Mendonça – também funcionário antigo da casa e atual presidente do Conselho Estratégico da Organização Arnon de Mello – e Alberto Saldanha, professor da Universidade Federal de Alagoas e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

⁶ A expressão “hegemonia” (ou “consenso”) é explicada por Coutinho (1992) – que, por sua vez, baseia-se na teoria gramsciana – como “recurso principal da ação política”, a partir do “aparecimento na esfera pública de múltiplos interesses *organizados*” e da ampliação da “teoria do Estado” herdada de Marx, visando “dar conta de novos fenômenos que a socialização da política – ou seja, o processo de democratização – introduzira na vida social” (COUTINHO, 1992, p.26).

⁷ Trabalhamos aqui com o sentido gramsciano de “ideologia”. Assim, “ideologia” representa um sistema de valores construído historicamente por uma classe ou bloco de classes.



A escolha do jornal Gazeta de Alagoas para estudo de caso da pesquisa explica-se pelo fato deste ser o único periódico diário local remanescente da segunda metade da década de 1960. Na ocasião, conforme nos faz saber Gouveia (1988, p.59), além da Gazeta de Alagoas, havia também o Diário de Alagoas e o Jornal de Alagoas. Outro fator determinante para escolha do jornal Gazeta de Alagoas reside na ocorrência deste ser o maior periódico do estado, pertencente ao grupo midiático mais sólido e influente de Alagoas, a Organização Arnon de Mello, da qual fazem parte a TV Gazeta (afiliada da rede Globo de televisão), as rádios Gazeta AM e FM, e o portal Gazetaweb, braço do grupo na Internet. A Organização também conta com instituto de pesquisa e rádios no interior do estado.

Os recortes de tempo estipulados para a pesquisa documental no acervo dos exemplares da Gazeta de Alagoas – do dia 6 de janeiro de 1963 a 10 de janeiro de 1963 e de 1º de maio de 1963 a 12 de abril de 1964 – justificam-se. O primeiro intervalo de datas visa abranger o dia em que se realizou o plebiscito que restabeleceu o presidencialismo no país, concedendo a João Goulart condições técnicas de implementar as reformas de base, acirrando ainda mais os ânimos da oposição conservadora. O segundo intervalo, por sua vez, inicia-se em 1963, na data em que se comemora o dia do Trabalho e na véspera da divulgação, pelas mãos de Adhemar de Barros, do “Manifesto dos Governadores” – defendendo uma posição centrista e de defesa “dos postulados democráticos” –, e conclui-se em 1964, no dia seguinte à escolha do general Castello Branco para assumir a vaga de presidente da república, em meio ao novo regime instaurado. Tais intervalos de tempo contemplam episódios decisivos como “o comício das reformas”, onde Jango confirma seu discurso (13 de março de 1964), a concretização do golpe do Estado e a posse do presidente da república interino, Ranieri Mazzilli (31 de março a 2 de abril de 1964) e a imposição do primeiro Ato Institucional (9 de abril de 1964). A pesquisa em acervos de periódicos publicados nesse período fornece subsídios para a análise de técnicas de difusão ideológica e de omissões e distorções nas informações.

1. Justificativa

Embora haja alternativas ao modelo de comunicação privado hegemônico, poucas mudanças de efeitos podem ser vislumbradas a curto prazo. Entretanto, um grande avanço será possibilitado se os receptores dos bens simbólicos produzidos pelos meios de comunicação de massa obtiverem a consciência de que o que eles ouvem,



assistem ou lêem na mídia não é necessariamente o real, sendo, antes, uma construção que, mesmo nos casos bem-intencionados, jamais conseguiria atingir um grau de fidedignidade completo.

Por isso se faz imperativo a reflexão a respeito dos processos de produção dos meios de comunicação social. Sobretudo nas circunstâncias atuais, onde os meios sofrem pressões diversas, internas e externas, com vistas a defender ou perseguir interesses econômicos e / ou políticos, em função, sobretudo, de vínculos, muitos deles inerentes ao modo de produção capitalista.

Por meio desta pesquisa, espera-se contribuir com as reflexões a respeito dos meios de comunicação, principalmente no Brasil, onde a mídia é, para Jânio de Freitas (1994, p.9), um dos maiores problemas do país, com a peculiaridade de ter omitida a sua discussão. O irônico silêncio que se faz ao redor do modelo de comunicação e suas práticas imbricadas revela o quão influente é a indústria de produção de bens simbólicos.

A exposição do protagonismo midiático e sua análise, a partir do recorte do objeto da pesquisa, contribuirão com o aprendizado e com a percepção dos indivíduos do “modo como a cultura da mídia⁸ transmite representações opressivas de classe (...) capazes de influenciar pensamentos e comportamentos”, tornando-os capacitados para “manter uma distância crítica em relação às obras da cultura da mídia e, assim, adquirir poder sobre a cultura em que vivem”, o que ajudará “a induzir os indivíduos a participarem de movimentos políticos radicais que lutem pela transformação social” (KELLNER, 2001, p.83).

Uma pesquisa aprofundada sobre o protagonismo da imprensa alagoana em um determinado período da história do Brasil justifica-se na medida em que a problemática da intensa intervenção da mídia local, por meio de difusão ideológica e gerenciamento de informações, ainda são recorrentes em Alagoas. O maior periódico do estado – a Gazeta de Alagoas – continua pertencendo ao mesmo grupo midiático da época do golpe de Estado de 1964, a família Mello, do qual é integrante o ex-presidente da república Fernando Collor. Tal pesquisa contribuirá na identificação de elementos de intervenção protagonizados pelo maior veículo impresso do estado diante de questões atuais, sobretudo em pleitos eleitorais.

⁸ Em Kellner (2001, p.52), a expressão “cultura da mídia” designa a natureza, a forma, o modo de produção e a distribuição dos produtos da indústria cultural. Também para o autor, a cultura da mídia é “o lugar onde se travam batalhas pelo controle da sociedade (...) não só nos meios noticiosos e informativos, mas também no domínio do entretenimento” (KELLNER, 2001, p.54).



Por fim, a pesquisa é justificada pelo atual estágio de precariedade de estudos e reflexões a respeito da trajetória da mídia impressa de Alagoas, sobretudo na passagem da década de 1960, período de gestação, concretização e consolidação do golpe. A própria bibliografia existente, que trata da história dos veículos no estado, omite a participação do jornal, ou mesmo os fatos ocorridos na redação na ocasião do golpe de Estado de 1964. Um exemplo é o livro “Jornal de Alagoas, 80 anos” (JORNAL DE ALAGOAS, 1988), que versa sobre a história do extinto Jornal de Alagoas, em cujas cronologias apresentadas o ano de 1964 é suprimido.

O mesmo ocorre nas biografias divulgadas do patrono do maior grupo midiático de Alagoas, o jornalista, ex-governador e ex-senador por Alagoas, Arnon de Mello, onde é sumariamente omitido o seu envolvimento com o movimento conservador-modernizante que pavimentou o golpe de 1964 e geriu o país durante a vigência da ditadura militar.

Tais omissões vão ao encontro da constatação de Reis (2002, p.7), de que “quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar no Brasil nos dias de hoje”, mesmo aqueles que se projetaram e / ou se beneficiaram com o êxito do movimento golpista.

2. Discussão política

Neste trabalho apresentamos a importância da conquista de um consenso - ainda que mínimo - mesmo em sociedades com fortes traços “Orientais”⁹, como era o Brasil da primeira metade da década de 1960, como pressuposto necessário à ascensão de um determinado bloco-histórico - desejoso do posto de bloco dominante - e a igual pertinência da batalha das idéias no interior do próprio bloco-histórico, entre as diversas frações das classes que o compõe. Sem hegemonia alguma, o movimento modernizante-conservador iniciado com o golpe de 1964 não se sustentaria até meados da década de 1980, ainda que se valendo de aparelhos repressores, como de fato se valeu, já que uma sustentação de poder viabilizada apenas pela coerção está sujeita a um desgaste inevitável. Trabalhamos especialmente com contribuições do filósofo italiano Antonio Gramsci, a respeito dos aspectos culturais como elementos indissociáveis das frentes políticas e econômicas em um processo de superação ou evolução de uma estrutura sócio-econômica.

⁹ “Oriente”, em Gramsci, representa as sociedades que, ao contrário do que é verificado nas sociedades “ocidentais”, não possui uma relação equilibrada entre o Estado e a sociedade civil, prevalecendo o primeiro e a sua força coercitiva.



A evidente tensão social da primeira metade da década de 1960 teve como epicentro o governo de João Goulart, alvo de oposição do bloco modernizante-conservador, que se empenhou na lida: pela manutenção do capitalismo dependente do Brasil; pela conquista da liderança do consenso, que fundaria o novo bloco histórico, pretendo condutor do capitalismo brasileiro dali para diante; e pela desestabilização do executivo federal e conseqüente restauração do poder de Estado. No contexto, pode-se dizer que a sociedade brasileira protagonizou um episódio típico do fenômeno de “ocidentalização pelo alto”, ao qual pode ser atribuída ainda a alcunha de “revolução passiva” ou “revolução restauradora”. Esta ocorre como uma reação da classe dominante ao processo de “subversivismo esporádico” – nas palavras de Gramsci – ou, ainda, de “democratização fundamental” – nas palavras de Paulo Freire – e acarreta, aliada a aceitação de algumas demandas das classes populares, na preservação de elementos anacrônicos, repostos sob contornos novos e conciliados com o moderno. As ações da intelectualidade orgânica à burguesia conduziram ao golpe de Estado de 1º de abril de 1964, que acarretou em um dos ciclos históricos de revolução modernizante-conservadora no capitalismo brasileiro.

No estudo da conjuntura político-social do Brasil – que abrange o período entre a renúncia de Jânio Quadros (ocorrida em 25 de agosto de 1961) e 12 de abril de 1964 – o presente trabalho adota a tese do sociólogo Florestan Fernandes (1975), que aponta o capitalismo brasileiro do pré-1964 como dependente, abstruso e de viabilidade fortemente influenciada por meios políticos, ou seja, em terrenos que não os econômicos, e cuja manutenção coaduna com os interesses das burguesias e dos governos dos países capitalistas desenvolvidos. Outra obra referencial é “1964 - A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe”, do professor uruguaio René Armand Dreifuss (1986), que contém uma ampla investigação que expõe a intensa participação do complexo IPES / IBAD – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática – na queda do presidente João Goulart e na implantação do regime ditatorial modernizante-conservador.

Na ocasião do golpe de 1964, governava o estado de Alagoas o Major Luiz de Souza Cavalcante, cujo mandato se estenderia até 1965. Cavalcante apoiou o movimento golpista e teve como sucessor o interventor General João Batista Tubino, que logo foi substituído por Lamenha Filho, eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa (QUEIROZ, 1999, p.121-127).



No cenário alagoano, dois blocos-históricos antagônicos disputavam o poder de Estado. Eram eles: o bloco populista-trabalhista e o tradicional bloco conservador. Embora fossem marcados pela heterogeneidade, tais blocos mantinham-se – cada qual – coesos por ideais que seguiam a tendência do embate verificado no cenário nacional: trabalhismo-reformista versus conservadores-modernizantes. A composição do bloco da classe dominante arregimentou a insípida camada dos industriais urbanos – detentores de menor poder político e econômico – e os estratos de agropecuaristas – como plantadores de cana (fornecedores das usinas) – sob a liderança do influente estrato dos agroindustriais da cana-de-açúcar. Os usineiros eram hegemônicos no estado desde a materialização da modernização dos ancestrais engenhos de cana-de-açúcar.

3. Discussão da comunicação

Um dos principais instrumentos de disputa de hegemonia, os meios de comunicação de massa exercem influência sobre os indivíduos, auxiliando a formação de opiniões e decisões destes e pautando os assuntos que as pessoas debaterão durante o dia. A sociedade depende da mídia para que possa obter informações que vão além do limitado ciclo de convivência de cada um de seus membros. Além da faculdade de legitimação, a mídia atua como mediadora entre as experiências coletivas e as individuais, contribui com a atividade do consumo, integra um novo conjunto de instituições produtoras e emissoras de sentido nas sociedades modernas e ocupa, sobretudo a partir do último quartel do século XX, o posto de arena dos debates políticos. Fornece ainda um entretenimento que abstrai ao passo que possibilita uma fuga que arrefece qualquer luta por uma transformação da realidade. O poder dos detentores dos veículos emissores de bens simbólicos é maior na medida em que as posses de tais instituições são limitadas a poucos membros da sociedade, sendo as suas diretrizes éticas, algumas vezes, subordinadas a conveniências político-econômicas.

Os meios de comunicação social de exploração privada no modo de produção capitalista são difusores de ideologias de seus proprietários e / ou associados e da classe a qual pertence, representam interesses comerciais e políticos e possuem um processo de produção subordinado a vínculos econômicos e políticos. Os vínculos econômicos são de ordem publicitária, multinacional e empresarial. Os conteúdos midiáticos são, ainda, carregados por ideologias de quem o confeccionou, o profissional de imprensa, mesmo que este vise a imparcialidade.



Nada disso, entretanto, impede que os meios de comunicação de massa exerçam influência sobre os indivíduos, auxiliando a formação de opiniões e decisões destes e pautando os assuntos que as pessoas debaterão durante o dia e, inclusive, nos debates dos pleitos eleitorais, como sugere o clássico estudo de Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972). Além da faculdade de legitimação, a mídia atua como mediadora entre as experiências coletivas e as individuais, contribui com a atividade do consumo, integra um novo conjunto de instituições produtoras e emissoras de sentido nas sociedades modernas e ocupa o posto de arena dos debates políticos. Os artigos e crônicas publicados pela Gazeta de Alagoas e analisados na pesquisa, por exemplo, cumpriam este papel, embora de forma desequilibrada, na medida em que simpatizantes do bloco modernizante-conservador eram maioria e contavam com o suporte ideológico das matérias, espaço onde o jornal exprimia sua condição de incontestado aliado do grupo de oposição ao reformismo diligenciado por Goulart.

O fato é que, a despeito do mito da imparcialidade, no Brasil do pré-1964 os meios de comunicação atuaram como importantes aliados na confecção de um consenso mínimo em torno das causas propugnadas pelo bloco modernizante-conservador – artífice do golpe de Estado que assolaria o país naquela década.

Como meios de produção privados, grupos de mídia importantes como os Diários Associados – de Assis Chateaubriand –, a Folha de São Paulo – de Octavio Frias –, O Estado de São Paulo – membro de um grupo que detinha ainda o Jornal da Tarde e a rádio Eldorado de São Paulo –, O Globo – de Roberto Marinho, que possuía ainda a rádio Globo –, o Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa – o qual um dos sócios era o político conservador Carlos Lacerda –, o Correio do Povo, do Rio Grande do Sul, e as emissoras de televisão Record e Paulista (DREIFUSS, 1986, p.233), dentre outros, relacionaram-se – diretamente ou por meio de algum membro diretor - com a causa modernizante-conservadora articulada em torno do complexo Ipes/Ibad (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

4. Pesquisa documental

O periódico cujos exemplares foram analisados, o diário Gazeta de Alagoas, fundado em 25 de fevereiro de 1934 pelo jornalista Luiz Magalhães da Silveira, passou a integrar as Organizações Arnon de Mello a partir de 1952 (SANT’ANA, 1987, p.144). No fim da década de 1960, a Gazeta já se destacava entre os demais periódicos no tocante à estrutura, com base no depoimento de Gouveia que afirma que, dos três jornais



da época, “(...) somente a Gazeta possuía carro (...)” (1988, p.59). A *Gazeta* também foi o primeiro matutino do estado a valer-se de teletipo, radiofoto, telefoto e telex (SANT’ANA, 1987, p.144).

Como observado por Paulo Freire (1979, P.37), a recepção da classe dominante à movimentação de democratização fundamental, protagonizado pela população brasileira, dá-se, em certa medida, marcada por uma hostilidade. Mesmo embriões de organização dos trabalhadores são mal-vistos pelas matérias e pela maioria dos cronistas e articulistas da *Gazeta de Alagoas*, que não conseguem enxergar os movimentos sociais além da pecha de “instrumento de subversão”. Tal animosidade aplica-se, até mesmo, às “pressões dentro da ordem” oriundas do próprio radicalismo burguês. Logo, qualquer causa que possa, porventura, alijar os interesses das camadas abastadas é sumariamente identificada como ilegítima, subversiva, imoral e, ainda, comunista (FERNANDES, 1975, p. 330).

Integrante de uma família tradicional do estado e filha do ex-deputado e ex-prefeito de Maceió Joaquim Leão, a atriz feminista Anilda Leão podia ser considerada uma expressão local do radicalismo burguês. Apesar de não muito contundente nas páginas da *Gazeta*, Anilda ironizava, em plena Guerra Fria, o fervor com que se demonizava o comunismo e os países do leste europeu. Da mesma forma, chamou a atenção e incitou os mais reacionários com seus relatos e entrevistas sobre a viagem que encetara à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, por ocasião do Congresso Internacional de Mulheres – na primeira metade da década de 1960. Aqui, relativizou a condenação ocidental ao comunismo e, até mesmo, desmistificou algumas crenças bastante apregoadas, como quando afirmou que existe, na URSS, “(...) em plena atividade, a Igreja Católica”, e, portanto a liberdade de culto (afirmação proferida em entrevista à própria *Gazeta*, em 2 de agosto de 1963).

Já na edição de 25 de setembro de 1963, Jarbas da Rosa Oiticica – membro de família não menos influente e integrante do Lyons Clube de Maceió – teceu duras críticas a Anilda Leão, por sentir-se incomodado com uma afirmação da atriz – em palestra – de que “(...) a doutrina socialista se aliava ao seu espírito cristão”. Oiticica aproveitou a oportunidade para criticar, igualmente, a Rússia e as suas reformas. Na mesma época, Anilda não ficou imune a ser rotulada como “comunista”, chegando, inclusive, a ser questionada a este respeito em outra entrevista à *Gazeta de Alagoas* (14 de agosto de 1963). No ensejo, a entrevistada reconheceu saber “(...) de antemão que



isso ia suceder (...)”, e que é justamente para evitar esse tipo de rotulação que “(...) muitos apregoam que por lá não há nada que preste”.

Não à toa o termo comunista aparece na Gazeta de Alagoas em profusão como mero adjetivo pejorativo – não raro destituído de toda a sua carga teórico-conceitual. O jornal chega a dedicar espaços privilegiados – em manchetes – para afirmações exasperadas, como aquela publicada em 12 de abril de 1964, já após o golpe, em que se lê: “D. Jaime Câmara: Eliminar comunismo é como matar em legítima defesa”.

De propriedade de Arnon de Mello, ex-governador do estado e, na ocasião do pré-1964, senador da república, a Gazeta, além de promover politicamente o seu dono, apoiou o movimento golpista. Nos dias que antecederam a deposição de João Goulart, o jornal estampou matérias adversas ao presidente eleito, reproduzindo em nível local a postura de jornais do cenário nacional.

Em 3 de abril, o primeiro exemplar da Gazeta de Alagoas a circular após êxito do golpe trouxe impresso, em sua primeira página, manchetes que expunham de forma inequívoca a sua postura reacionária: “Democracia brasileira vence mais uma etapa da agitação comunista” e “De Minas partiu brado de defesa da democracia: a proclamação de C. Pinto”.

A pesquisa encetada no acervo da Gazeta de Alagoas, com exemplares publicados nos períodos entre 6 de janeiro de 1963 a 10 de janeiro de 1963 e de 1º de maio de 1963 a 12 de abril de 1964, revela que Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e João Calmon – ligados ao bloco modernizante-conservador – e João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes – identificados com o bloco reformista-trabalhista – foram as personalidades mais mencionadas no bojo das matérias veiculadas. Ainda entre as matérias, as causas, eventos e instituições mais mencionados foram: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Comício das reformas (em 13 de março de 1964), o Governo federal, a Reforma agrária, as Reformas de base, a Superintendência da Política Agrária (Supra), a União Nacional dos Estudantes (Une) e a União Soviética e suas representações e os conjuntos de conceitos “Comunismo / Ideologia comunista / Comunização”, “Esquerdas / Esquerdistas / Esquerdizantes / Esquerda radical”, “Forças Armadas / Exército / Generais” e, finalmente, “Partido Comunista / Comunistas”.

As personalidades, causas e instituições ligadas ao bloco modernizante-conservador ou pleiteadores do movimento golpista que culminou com o 1º de abril receberam, de modo geral tratamento favorável, ao passo em que os mencionados



ligados ao bloco oposto, apesar de aparecerem mais, são abordados em circunstâncias desfavoráveis.

O mesmo ocorre – como já antecipado – entre os artigos e crônicas publicados, cujos autores são, em sua maioria, nitidamente conservadores e partidários de Arnon de Mello. O mais devotado dos articulistas, Wanillo Galvão, apesar de grande entusiasta do golpe, sequer pode ser considerado modernizante-conservador, em função de sua postura extremista incompatível até mesmo com o grau de “tolerância progressista” admitida pelos intelectuais forjadores da revolução passiva que modernizou – peculiarmente – o capitalismo brasileiro.

Convocações, notas e manifestos, além de informes do partido político do qual era filiado o então senador Arnon de Mello, completam a miríade de textos veiculados pela Gazeta.

Entre todos os textos analisados, algumas unanimidades em citações em circunstâncias favoráveis e desfavoráveis. Praticamente nenhuma surpresa, no entanto. Fidel Castro aparece em circunstâncias desfavoráveis em todos os textos analisados em que é citado. O mesmo ocorre com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Cuba e suas representações, Superintendência da Política Agrária (Supra) e o conjunto de conceitos correlatos “Esquerdas / Esquerdistas / Esquerdizantes / Esquerda Radical / Extremismo de Esquerda”. O conjunto de termos “Comunista / Partido Comunista / Comunizado” é destaque entre as unanimidades negativas, com surpreendentes 83 textos com menções em circunstâncias desfavoráveis.

Por outro lado, apesar de inspirar a esquerda Católica, João XXIII aparece em circunstâncias favoráveis em 9 textos. Destes, todos foram confeccionados por articulistas e cronistas – certamente não postulantes a qualquer indisposição com a Igreja, cujo líder local, o conservador D. Adelmo Machado, integrava os altos círculos da sociedade.

Outra improbabilidade é o relativo equilíbrio apresentado nas menções do conjunto de termos “Reforma Agrária / Projeto de Expropriação de Terras / Mudança de Estrutura Latifundiária”, também fruto das intervenções dos cronistas e articulistas. Entre os artigos e crônicas, a causa da “Reforma agrária / Mudança na estrutura latifundiária”, por exemplo, contou com louváveis sete menções favoráveis contra cinco desfavoráveis. Todavia, tanto no caso específico da reforma agrária como em um âmbito mais geral, os escassos articulistas que se demonstravam simpáticos às causas progressistas acabaram desaparecendo das páginas da Gazeta com a aproximação do 1º



de abril de 1964. Dentre eles, merece friso o colaborador Rui Sampaio, que em três de seus quatro artigos – analisados pela pesquisa – fez referências, em circunstâncias favoráveis, à reforma agrária.

Da mesma forma, as menções às reformas de base – e termos correlatos, como “Reformas”, “Reformistas” e “Bloco Reformista” – foram marcadas por uma curiosa margem favorável: 12 textos com menções em circunstâncias favoráveis contra 9 desfavoráveis, além de duas ocasiões com circunstâncias favoráveis com ressalvas. Tais números são resultantes não apenas das crônicas e artigos, mas, também, de textos em formato de matérias, o que não ocorre nos casos envolvendo João XXIII e a reforma agrária – anteriormente descritos. Tais dados podem ajudar a entender o porquê da inclusão de algumas demandas reformistas na plataforma do bloco modernizante-conservador. Tratava-se de uma causa queurgia por reflexão e que poderia ser útil, até mesmo, à burguesia, como bem lembra Florestan Fernandes (1975, p. 333-334).

Em contrapartida, as Forças Armadas e suas entidades, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e seus congêneres e o conjunto de conceitos correlatos “Iniciativa Privada / Industrial / Homens de Empresa / Fortunas Particulares / Propriedade Particular / Propriedade Privada / Elites”, configuram-se como unanimidades positivas, com todas as menções em textos analisados em circunstâncias favoráveis.

O caráter propugnador da manutenção do modelo de dependência do Brasil às potências capitalistas mundiais – tópico que integra o compósito de ideologias que permeiam o bloco modernizante-conservador – também pode ser desanuviado no conteúdo das matérias da Gazeta de Alagoas. A Aliança para o Progresso é mencionada em circunstâncias favoráveis em quatro matérias, contra apenas uma matéria com circunstâncias desfavoráveis. Os presidentes norte-americanos John Kennedy e Lyndon Johnson contaram com cessões de espaço e, igualmente, protagonizaram matérias em circunstâncias favoráveis.

Isso ao passo que Cuba, União Soviética, comunismo, dentre outros, são apresentados como assaz nocivos, justamente por, dentre outros motivos alegados, atentarem contra a autonomia / soberania da nação brasileira. O conjunto de termos “União Soviética / Rússia / Moscou / Kremlin / Representações Soviéticas / Soviético / Russos / Sovietização / Bloco Soviético”, por exemplo, é mencionado em circunstâncias desfavoráveis em 29 textos, contra, apenas, menções favoráveis em três textos.



Considerações finais

No contexto do pré-1964, o então presidente da república, João Goulart, era alvo da oposição do bloco modernizante-conservador, que se empenhava na manutenção do capitalismo dependente do país, além de labutar pela conquista da liderança do consenso, que fundaria o novo bloco histórico, pretendo condutor do capitalismo brasileiro dali para diante. No final de março de 1964 prevaleceu o golpe de Estado –, engendrado pelo bloco modernizante-conservador em nível nacional. O movimento golpista contou com o apoio do então governador de Alagoas, Luiz Cavalcante, que integrava o bloco conservador.

O advento do regime ditatorial modernizante-conservador culminou com a desmobilização dos movimentos sociais e das esquerdas no estado de Alagoas (MIRANDA, 2004, p.10) e com o sepultamento do bloco populista-trabalhista – da forma como era concebido no pré-1964 –, que, completamente desarticulado pela ditadura, encerrou o seu ciclo no estado.

Apesar de seu caráter de ditadura sem hegemonia, uma série de esforços com vistas à obtenção de um consenso mínimo – necessário para, ao menos, amainar a oposição popular à autocracia burguesa e oportunizar os esforços de agregação entre as diferentes frações da própria classe dominante – precederam o golpe de 1964. Em Alagoas, como se viu, o envolvimento de meios de comunicação de massa com o movimento que culminaria com a madrugada de 1º de abril de 1964 não foi exceção à regra. Especialmente o já extinto Jornal de Alagoas – integrante dos Diários Associados – e a Gazeta de Alagoas único diário remanescente do período, prestaram-se a causa modernizante-conservadora.

A marginalização de causas populares e de movimentos sociais e a legitimação de ensejos particulares de determinadas classes transformou o Brasil por cima. E o apoio dos meios de comunicação de massa – dos grandes impressos do eixo Rio – São Paulo à Gazeta de Alagoas, sediada em um estado modesto, somou esforços imprescindíveis, com as suas sucessivas manchetes, não raro desastradas, como pudemos ver neste trabalho. Mesmo após o golpe, artigos cautelosos pediam atenção para o perigo da “ameaça comunista” em meio a manchetes ufanistas e de júbilo pela investida dos militares. Tal contexto festivo, apresentado pela Gazeta, contrastava com a já desproporcional violência utilizada pelas forças de segurança na “caçada” aos “subversivos resistentes”. Também contrastava com a agonia de líderes de movimentos sociais que assistiram ruir suas pautas reivindicatórias e suas honras perante os



familiares e a sociedade, que aquela altura já apedrejava a sede de entidades como a União Nacional dos Estudantes (Une), no Rio de Janeiro.

Referências

ASSIS, D. **Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964)**. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2001.

CALHEIROS, V. Arnon de Mello, pioneiro da informação. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. E2, 25 de fevereiro de 2007.

_____. **Gazeta: 73 anos de dedicação ao leitor**. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, p. E1, 25 de fevereiro de 2007.

CAPARELLI, S. **Comunicação de massa sem massa**. 3ª edição. São Paulo: Summus, 1986 (Novas buscas em comunicação; v.10).

COUTINHO, C. N. **Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992 (Polêmicas de nosso tempo).

_____. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981 (Fontes do pensamento político; v. 2).

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução: Moacir Gadotti & Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (col. Educação e comunicação; v.1).

FREITAS, J. de. Prefácio. In: CAVALCANTI FILHO, J. P. **Informação e poder**. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

GAIA, R. & LOPES, B. Arnon de Mello: o repórter que se tornou empresário. In: MELO, José Marques de (org.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. Vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial; São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de S. Paulo, 2005.

GAZETA ESPECIAL. Organização Arnon de Mello: Maceió, 24 de setembro de 2002.

GOUVEIA, R. de. Desafiando a censura. In: **Jornal de Alagoas, 80 anos**. Maceió: Jornal de Alagoas, 1988.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUARESCHI, P. (org.). **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. 58ª edição. Porto Alegre: EDPUCRS, 2005.



HULTENG, J. **Os desafios da comunicação: problemas éticos.** Tradução: Susana Maria Fontes... [et al]. Florianópolis: Edit. UFSC, 1990.

JORNAL DE ALAGOAS, 80 anos. Maceió: Jornal de Alagoas, 1988.

KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Tradução: Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001 (Verbum).

LINS, E. **Alagoas: pastoril de trágicas jornadas.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em < http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_alagoas_01.pdf > Acessado em 29 de setembro de 2009.

MCCOMBS, M. & SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, Vol. 36, 1972, p. 176 – 187.

MIRANDA, A. de. **Alagoas e o golpe de 1964.** Maceió: Edições do Partido Popular Socialista, 2004.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** 5ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, D. de. A comunicação na batalha das idéias. **Política Democrática.** Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, n° 24, pág. 78 – 84, agosto, 2009.

QUEIROZ, A. **Episódios da história das Alagoas.** 2ª edição. Maceió: Catavento, 1999.

REIS, A. **Meios de comunicação e processo político: o começo de uma pesquisa.** Disponível em: <<http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/1260/1/R0449-1.pdf>>. Acessado em 17 de julho de 2008.

REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 (Descobrimos o Brasil).

SANT'ANA, M. M. de. **História da imprensa em Alagoas (1831 – 1981).** Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

SODRÉ, M. Existe consciência ética na imprensa? In: PAIVA, R. (org.). **Ética, cidadania e imprensa.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

TENÓRIO, D. A. **A tragédia do populismo (o impeachment de Muniz Falcão).** Maceió: Ed. Universidade Federal de Alagoas, 1995.

ZAIDAN, T. E. **Relatório da entrevista de campo realizada com Alberto Saldanha.** Maceió, 2009.

_____. **Relatório da entrevista de campo realizada com Carlos Mendonça.** Maceió, 2009.

_____. **Relatório da entrevista de campo realizada com Valmir Calheiros.** Maceió, 2009.

Fontes primárias (jornais utilizados na análise dos exemplares do acervo da Gazeta de Alagoas: de 6 de janeiro de 1963 a 12 de abril de 1964)

Gazeta de Alagoas, Maceió: Organização Arnon de Mello, de 6 de janeiro de 1963 a 12 de abril de 1964.